vinetur

Áustria prepara uma lei do vinho que criaria um rótulo de origem para os spritzers

Os viticultores saudaram a proposta como um primeiro passo para reforçar a proteção da origem austríaca no mercado dos spritzers

quarta-feira, 25 de novembro de 2026



A Áustria começou a preparar uma nova lei do vinho para 2027 que alteraria a forma como os spritzers de vinho são definidos e rotulados. Entre as medidas propostas estão uma indicação de origem voluntária para produtos elaborados exclusivamente com

vinho austríaco e regras de composição mais flexíveis para as versões com menor teor alcoólico.

A Associação Austríaca de Viticultores afirmou na terça-feira, 24 de novembro, que o ministro da Agricultura, Norbert Totschnig, tinha enviado o projeto de lei para coordenação, uma fase inicial do processo legislativo em que os ministérios analisam uma proposta antes de esta avançar. A associação saudou a iniciativa e afirmou ter defendido uma indicação de origem mais clara para os spritzers, uma bebida austríaca comum feita com vinho e água com gás.

Segundo a associação, o projeto criaria uma única indicação de origem voluntária para os spritzers produzidos exclusivamente com vinho austríaco. O objetivo é facilitar a identificação, por parte dos consumidores, dos spritzers que contêm vinho nacional. A associação descreveu a medida como um primeiro passo importante para os produtores de vinho locais, que têm procurado reforçar a proteção das alegações de origem austríaca nesta categoria.

Johannes Schmuckenschlager, presidente da associação, afirmou que a medida enviaria um sinal positivo às empresas vinícolas nacionais e reforçaria a visibilidade da origem austríaca no mercado.

A associação afirmou também que pretende salvaguardas mais rigorosas do que as que o projeto atual parece prever. Apontou o Código Alimentar Austríaco como uma possível via para estabelecer uma regra mais vinculativa sobre a origem e instou o Ministério dos Assuntos Sociais, responsável pela proteção dos consumidores, a analisar opções adicionais em conjunto com o setor vitivinícola.

Além da indicação de origem, o projeto atualizaria as regras de produção dos spritzers, com possíveis efeitos mais amplos no setor das bebidas. Segundo a associação, a proposta eliminaria o teor mínimo de vinho atualmente fixado em 50% e reduziria o teor alcoólico mínimo de 4,5% vol. para 4,0% vol.

Essa alteração permitiria aos produtores comercializar versões mais leves, incluindo o chamado Sommerg’spritzer, com um teor alcoólico entre 4,0% e 5,0% vol., sob a designação de spritzer. No caso das bebidas à base de vinho, a proposta poderia abrir

caminho a mais produtos com baixo teor alcoólico e a novas alegações nos rótulos, alterando também os padrões de composição de uma categoria já estabelecida.

A associação argumentou que as revisões refletem a evolução da procura dos consumidores na Áustria, onde as bebidas mais leves e com menos álcool estão a ganhar importância. Afirmou que o projeto daria aos produtores maior flexibilidade para responder a essas preferências e poderia melhorar a competitividade do setor vitivinícola austríaco.

Se forem aprovadas, as alterações serão relevantes não só para as vinhas e as adegas, mas também para os retalhistas, bares e empresas de bebidas que vendem misturas de vinho prontas a beber ou desenvolvem produtos com menor teor alcoólico. A proposta de eliminação do teor mínimo de 50% de vinho daria aos produtores maior margem para formular spritzers, enquanto o limiar alcoólico mais baixo poderia ajudar as empresas a posicionar bebidas mais leves junto dos consumidores que procuram opções com menor teor alcoólico.

Ao mesmo tempo, o projeto parece distinguir a flexibilidade dos produtos da comunicação sobre a origem. Segundo a descrição da proposta feita pela associação, um spritzer só poderia beneficiar da indicação de origem voluntária proposta se fosse produzido exclusivamente com vinho austríaco. Assim, os produtores que pretendam usar a origem austríaca como argumento de venda poderão deparar-se com um conjunto de incentivos comerciais, enquanto os que se centrem numa maior inovação dos produtos poderão encontrar outro nas regras de composição mais flexíveis.

A associação classificou o início da fase de coordenação como um passo significativo rumo à lei de 2027 e afirmou que continuará a defender, ao longo do processo legislativo, regras que considere práticas para as empresas e favoráveis aos produtores de vinho austríacos. O projeto do ministério ainda terá de percorrer as restantes etapas do processo legislativo austríaco antes de qualquer uma das alterações propostas à rotulagem e à produção poder entrar em vigor.